

Principais Títulos

- Brasil pede ao Uruguai um "crédito" para o Mercosul**
- Brasil e Argentina fecham acordo para automóveis**
- Lamy terá de negociar impasse sobre subsídios aos produtores**
- Economia solidária busca maior organização e apoio público**
- A esquerda e o desenvolvimentismo**

Integração

Venezuela pode "complicar" Mercosul, afirma Amorim

O chanceler do Brasil, Celso Amorim, fez ontem uma entusiasta defesa da entrada da Venezuela no Mercosul, mas admitiu que a adesão do país do presidente Hugo Chávez ao bloco pode trazer "complicações" políticas. Amorim foi questionado se a inclusão de Chávez traria dificuldades políticas para negociações do bloco com os EUA. Em reunião do Grupo de Mercado Comum (GMC) em Buenos Aires, Amorim assinou com os colegas argentinos, paraguaios e uruguaios o protocolo de entrada da Venezuela no Mercosul, com prazo máximo de quatro anos para a adoção da TEC (Tarifa Externa Comum).

Ontem foi mais um dia de rugas na relação EUA e Venezuela. O Departamento de Estado americano afirmou ver "com grande preocupação" os planos de Chávez para comprar aviões de combate e fabricar fuzis e informou que pedirá à Rússia que não colabore com a Venezuela. Amorim fez uma defesa da importância econômica da Venezuela no bloco. A reunião do GMC em Buenos Aires foi preparatória para a próxima cúpula de presidentes do Mercosul, em julho, na cidade argentina de Córdoba.

O governo do uruguaio terá de recorrer a um tribunal arbitral do Mercosul para reclamar dos prejuízos que sua economia sofreu entre dezembro de 2005 e março de 2006 por causa dos piquetes realizados por manifestantes argentinos em duas das três pontes que ligam o país com a Argentina, impedindo a passagem de turistas e mercadorias.

A decisão de tentar resolver o caso com um tribunal foi tomada pelos chanceleres dos países do Mercosul, que se reuniram ontem em Buenos Aires para preparar a agenda da reunião de presidentes do bloco que será na cidade argentina de Córdoba nos dias 20 e 21 de julho. A queixa uruguaia é mais um capítulo dentro da denominada Guerra da Celulose, que confronta a Argentina e o Uruguai desde agosto do ano passado, e se transformou na maior crise diplomática bilateral desde 1955. O pivô do confronto é a construção de duas megafábricas de celulose no município uruguaio de Fray Bentos, sobre o Rio Uruguai, que divide os dois países. *(Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, 17/06/06)*

Brasil pede ao Uruguai um "crédito" para o Mercosul

Acompanhado de integrantes de seis ministérios e do vice-presidente do BNDES em visita ao Uruguai, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, pediu ontem ao presidente Tabaré Vázquez um "crédito de confiança" do país vizinho ao Mercosul.

"New deal" e "ação afirmativa" foram expressões repetidas por Amorim para definir a missão brasileira cujo objetivo manifesto foi trazer aos uruguaios sinais de que podem obter vantagens concretas como sócios plenos do bloco, como financiamento produtivo, maior acesso ao mercado brasileiro e cooperação técnica e energética.

Vázquez tem criticado duramente o Mercosul e afirmado que, tal como está, "não serve" aos países menores. Às críticas já usuais, se uniram movimentações recentes dos uruguaios para avançar em acordos comerciais com os EUA -parte do governo defende que se assine um TLC (Tratado de Livre Comércio) com os americanos.

Apesar do tom ameno e do reconhecimento de que o Brasil frustrou as expectativas do Uruguai no bloco, Amorim criticou um eventual acordo com os EUA. Segundo o chanceler, um acordo poderia trazer "vantagens imediatas", mas não a longo prazo.

Amorim afirmou que os uruguaios receberam seu pedido de confiança "com dúvida". A queda das exportações uruguaias para o Brasil e a chamada "crise das papeleiras" com a Argentina desgastam a imagem do Mercosul no país. Segundo uma pesquisa recente da consultora Equipos Mori, 57% da população uruguia é a favor de um TLC com os EUA. A campanha brasileira para agradar os sócios menores do bloco acontece às vésperas de o país assumir a presidência temporária do Mercosul, durante a cúpula presidencial que haverá no final de julho, na Argentina. *(Folha de São Paulo, 24/06/06)*

Brasil afirma que Uruguay no debería permanecer en el Mercosur si firma un TLC con EEUU

El ministro brasileño de Relaciones Exteriores, Celso Amorín, afirmó hoy que Uruguay no debería permanecer en el Mercado Común del Sur (Mercosur) si llegase a firmar un Tratado de Libre Comercio (TLC) con Estados Unidos. Tras mantener un encuentro con el presidente uruguayo, Tabaré Vázquez, Amorín resaltó que Brasil es consciente de que el Mercosur no ha colmado las expectativas de los países pequeños, y reclamó al mandatario un voto de confianza. En su opinión, los países miembros deben "rescatar el poder de atracción del Mercosur para países como Uruguay o Paraguay", respecto a lo cual señaló que se trata de una "autocrítica, no un mea culpa". Sin embargo, respecto a la posibilidad de que el Gobierno de Vázquez firme un TLC con Estados Unidos, aclaró que cada estado es "soberano". *(ALADI, 24/06/06)*

El camino hacia la Comunidad Sudamericana de Naciones

Treinta y dos representantes de los presidentes de los países integrantes del Mercosur, la Comunidad Andina de Naciones, Chile y las dos Guyanas participaron ayer en la sesión de instalación de la Comisión Estratégica de Reflexión sobre la Integración Sudamericana, primer paso del proyecto brasileño aprobado por los jefes de Estado en diciembre pasado durante la Cumbre de Cuzco para conformar en el largo plazo una Comunidad Sudamericana de Naciones, similar a la Unión Europea.

Los integrantes de la comisión acordaron comenzar la elaboración de un documento en la que se sugieran las estrategias que deberían seguir los gobiernos para profundizar la unidad sudamericana en áreas de complementación productiva, integración energética, comercial, entre otras. Para ello se fijaron cuatro reuniones de trabajo, la primera de las cuales tendrá lugar a fines de julio en Buenos Aires, las dos siguientes en Montevideo y la última en Caracas. Dicho documento será presentado en la cumbre de presidentes que se realizará a fin de año en Bolivia. *(La Republica, 17/06/06)*

Brasil e Argentina fecham acordo para automóveis

Cada país poderá exportar até 95% a mais sobre o que importar, sem pagar tarifas. Após meses de negociação, Brasil e Argentina finalmente chegaram a um consenso para o comércio

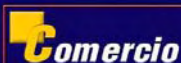
externo no setor automotivo. Na sexta-feira à tarde, os dois países fecharam acordo de 24 meses que dá continuidade ao processo gradativo de abertura ao reduzir o índice flex para 1,95. O governo não admite, mas o Brasil acabou cedendo menos que a Argentina nas negociações.

A negociação terminou uma semana antes de vencer o acordo provisório vigente. Pelo texto aprovado, o índice flex de comercialização – coeficiente de proporção das exportações e importações – foi reduzido de 2,6 para 1,95. Isso quer dizer que para cada US\$ 100 importados, cada país tem direito de exportar US\$ 195 sem qualquer imposto. Brasil, que hoje exporta muito mais do que importa. As novas regras entram em vigor dia 1 de julho e valem até 30 de junho de 2008.

Durante as reuniões, porém, houve divergências importantes. A equipe de negociadores da Argentina queria reduzir o índice flex para patamar de 1,5. Já o Brasil queria uma mudança menos radical, cortando o coeficiente atual de 2,6 para 2. Embora o Brasil tenha cedido menos na redução do índice, a mudança não vai gerar benefícios imediatos à indústria automotiva nacional, diante do comportamento atual do mercado bilateral automobilístico. Atualmente, se for levado em conta todo o comércio exterior entre os dois países, o índice efetivo está em torno de 1,81 – patamar efetivamente utilizado dentro do limite de 2,6.

Outro pedido dos argentinos que foi deixado para trás foi o que sugeria o flex por empresa e não por setor, como é atualmente. Esse pedido foi completamente descartado pelo Brasil porque os negociadores avaliam que a medida poderia tirar parte da credibilidade do acordo. Esse, inclusive, é um dos principais objetivos dos dois países. Além de tentar equilibrar o comércio exterior no setor, Argentina e Brasil querem consolidar a indústria automobilística na região para ganhar competitividade e, assim, atrair investimentos internacionais que atualmente têm preferido regiões como a China e o Leste Europeu. O novo acordo é considerado "de transição" pelo governo brasileiro.

Atualmente, a produção anual do Brasil é de cerca de 2,4 milhões de unidades e da Argentina, 300 mil. Outro item que acabou ficando de fora do texto é o setor de autopeças. Com a política brasileira de oferecer desconto de 40% nas tarifas de importação de países de fora do Mercosul, negociados preferiram não incluir o item no acordo de transição. Na avaliação de Argentina e Brasil, o ideal é que o assunto seja tema de negociação separada entre os países. Enquanto isso, a regra do desconto continua valendo no Brasil. (*Gazeta Mercantil*, 26/06/06)



Lamy terá de negociar impasse sobre subsídios aos produtores

Diretor-geral da OMC tentará vencer a inflexibilidade dos norte-americanos e assegurar concessões dos europeus para construir o esboço de um acordo. O impasse nas negociações da última semana em Genebra transferiu para o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, a responsabilidade pelo sucesso da chamada rodada de Doha.

A missão de Lamy será, em conversas individuais, conseguir vencer a inflexibilidade dos norte-americanos de um lado e, do outro, assegurar mais concessões dos europeus. Só assim, será possível evitar o fiasco total da rodada.

O ponto central da rodada de Doha é a discussão dos subsídios aos produtores rurais e a proteção aos mercados agrícolas dos países mais ricos. Essas duas questões colocam em lados opostos os EUA -que concedem cerca de US\$ 20 bilhões por ano de subsídios aos seus agricultores- e a União Européia (UE), que sinalizou na semana passada que poderá cortar, em média, em 51% suas tarifas de importação de produtos agrícolas.

Apesar do percentual de corte apresentado pelo comissário da UE, Peter Mandelson, agradar os países em desenvolvimento agrupados no G-20, entre eles o Brasil, ele é considerado insuficiente pelos EUA.

Para a negociadora norte-americana Susan Schwab, a proposta da UE "não é um passo em direção a um acordo". Isso simplesmente porque não se avançou na definição do tratamento que será dado aos chamados produtos especiais e àqueles que ficaram na lista de exceção.

A decisão de deixar Lamy discutir tecnicamente com cada um dos envolvidos e propor alternativas para construir um acordo, alivia de certa forma a pressão a que os negociadores estiveram submetidos esta semana e a transfere para OMC. E para ser bem sucedido nessa função, o diretor-geral da organização terá que agir rápido.

Isso porque ele precisa conseguir um consenso em torno dessas questões agrícolas até o final do mês. Caso contrário, dificilmente será possível resolver os outros pontos periféricos, como a abertura dos mercados industriais dos países em desenvolvimento, e ter um texto definido e aprovado na OMC até o final do ano. Depois, cada país ainda precisará aprovar o acordo no seu parlamento. *(Folha de São Paulo, 03/07/06)*

Ressuscitar Doha fica cada vez mais difícil

Por Scott Miller

As negociações da Rodada de Doha estão à beira do fracasso, depois que uma reunião de ministros de comércio exterior realizada com o intuito de salvá-la não conseguiu nenhum progresso no fim de semana e terminou antes do que se esperava. A representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, chamou a situação de "desalentadora", com a aproximação do que muitos consideram ser um prazo final inalterável para se criar, até o fim do mês, um projeto de acordo mundial de comércio. Ministros de comércio começam a falar abertamente em suspender as negociações por anos.

Como uma possível última tentativa de trazer as partes mais influentes de volta à mesa, alguns ministros tentam convencer os chefes de Estado do Brasil, Estados Unidos, Índia, União Européia e outros para fazerem uma reunião na Rússia, no fim do mês, sobre a Rodada de Doha à margem de uma já tensa reunião do G-8.

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, também deve lançar várias semanas de conversações diplomáticas na tentativa de aproximar as partes.

A maioria dos países concorda que abandonar inteiramente Doha seria perder uma oportunidade de fortalecer a produção econômica mundial e ajudar a aliviar a pobreza no mundo, ao criar novos mercados para países em desenvolvimento. Ela também poderia acelerar acordos comerciais bilaterais, que são mais fáceis de negociar mas considerados desvantajosos para países pobres, que não podem negociar em pé de igualdade com gigantes econômicos. Um colapso também levantaria questões sobre o futuro da própria OMC, formada em 1995 para ajudar países a reduzir barreiras comerciais e mediar suas disputas.

Divergências sobre política agrícola na UE e nos EUA, assim como em outras partes, continuam a frustrar diplomatas tanto quanto frustravam quando as negociações foram abertas quatro anos e meio atrás. Os EUA buscam mais acesso a mercados agrícolas no exterior, ao que se opõem a Europa e países em desenvolvimento, a menos que Washington aumente o corte em subsídios agrícolas. A Europa espera que os EUA reduzam o teto proposto para subsídios agrícolas de US\$ 22 bilhões para US\$ 15 bilhões por ano.

Por seu lado, os EUA querem que a Europa corte suas tarifas agrícolas em pelo menos 54%, bem acima dos 39% que a Europa ofereceu oficialmente, embora a UE tenha dado sinais de flexibilidade. A Europa e os países em desenvolvimento também querem exceções para os chamados "produtos sensíveis", bens individuais que são importantes para cada país. Schwab, a representante comercial dos EUA, disse que se houver muitas aberturas os agricultores americanos não poderão aproveitar totalmente um novo acordo comercial. Mas os países em desenvolvimento insistem que elas são necessárias para proteger suas economias. "Não podemos negociar subsistência e meio de vida", disse o ministro de Comércio e Indústria da Índia, Kamal Nath. "Não se deveria nem nos pedir isso." *O Estado de São Paulo, 03/07/06*

Arcelor discute impacto para o Brasil

A direção da Arcelor Brasil se reunirá hoje para discutir quais serão os efeitos da fusão do Grupo Arcelor com a Mittal Steel no mercado brasileiro. A informação foi dada ontem pelo gerente de Comunicação da empresa, Eimar Magalhães. A Arcelor Brasil é uma das maiores siderúrgicas da América Latina, com capacidade de produção de 11 milhões de toneladas de aços planos e longos por ano. A empresa é fruto da união de Belgo-Mineira, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e Vega do Sul, anunciada no ano passado — que tiveram, em 2005, receita líquida de R\$ 13,3 bilhões e lucro líquido consolidado de R\$ 3,254 bilhões. A gigante se tornou a principal concorrente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), primeira produtora de aço plano no país, marco no processo brasileiro de industrialização.

A empresa resultante da fusão vai se chamar Arcelor-Mittal e terá sede em Luxemburgo. Ela responderá por cerca de 10% da produção global de aço, com vendas totais de 55 bilhões (US\$ 69 bilhões) e 334 mil empregados, segundo dados de 2005. A decisão, anunciada depois de uma reunião de nove horas do conselho da Arcelor, representa uma derrota para a direção da empresa, que chegou a costurar um acordo com a russa Severstal, controlada pelo magnata Alexei Mordashov, para barrar a proposta da Mittal. Os governos de alguns países europeus também eram contra a fusão, por temer demissões. A Arcelor tem forte presença na Bélgica, Espanha e França. No entanto, como a idéia da fusão com a Severstal gerou protestos dos acionistas, a Arcelor decidiu negociar este mês com a Mittal sobre sua oferta hostil. Uma oferta hostil significa uma proposta não solicitada, dirigida aos acionistas, não à direção da empresa.

Para os analistas, o acordo foi o triunfo da economia sobre o nacionalismo. O primeiro-ministro de Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, de início com o apoio da França, havia prometido combater a operação. Ontem, o discurso mudou: o ministro de Economia luxemburguês, Jeannot Krecke, elogiou a fusão, ressaltando o fato de a sede permanecer no país. Ele disse que o governo ainda não decidiu se aceitará dinheiro ou ações por sua fatia de 5,6% na Arcelor. Na França, a confederação sindical CGT, à qual a maioria dos trabalhadores da Arcelor está vinculada, disse que está "fora de questão" concordar com "uma fusão puramente financeira". Segundo o jornal francês "Le Monde", a CGT teme demissões, tanto na Arcelor quanto na Mittal. (*O Globo*, 26/06/06)

América Latina decide investir em si mesma

As empresas latino-americanas decidiram investir na internacionalização e vão às compras no próprio quintal. Ou melhor, nos quintais dos vizinhos. A participação de "estrangeiros" nas aquisições na América Latina vem caindo ao longo da última década, enquanto cresce a dos compradores locais, que já representam mais de 50% do total investido na região desde 2002, incluindo os negócios no país de origem do capital.

O ritmo de expansão é cada vez mais forte. Na quarta-feira da semana passada, enquanto a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) era comprada pela colombiana Interconexión Eléctrica (ISA) por R\$ 1,2 bilhão, a Gerdau batia o martelo e acrescentava a Siderperú ao grupo brasileiro por US\$ 62 milhões.

O México é o maior investidor latino-americano na região, com 44% do total. Na seqüência vêm Brasil (24%), Argentina (15%) e Chile (10%), segundo estudo do banco BBVA, experiente em fusões e aquisições na região (a mais recente, a CTEEP/ISA).

Ao buscar ativos no exterior, as empresas conseguem vantagens que não têm em casa. Com a compra de um frigorífico na Argentina ou no Uruguai, as empresas brasileiras se beneficiam do acesso privilegiado que esses países têm tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Foi o que fez o Friboi ao adquirir o Swift argentino, com financiamento do BNDES, e o que pretende o Bertin, em negociações com o uruguaio Canelones.

Para o professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Fernando Dall'Acqua, "o processo de internacionalização ainda não dominou o empresariado

brasileiro, mas vem crescendo significativamente nos últimos anos". Um caminho ainda longo: o País é hoje a 11 economia no mundo mas, em investimentos estrangeiros no exterior está em 30 lugar, atrás da Rússia, da China, do Chile, do México e da Coreia do Sul. Para o professor, também coordenador do Prêmio BBVA/FGV de Internacionalização, "as maiores restrições que vejo hoje é o atual mindset (estado mental) do empresariado brasileiro, a idéia de que não podem competir com êxito no exterior. Falta conhecimento do processo, para a maior parte das empresas internacionalização ainda é importar e exportar".

Apesar de lento, o processo de internacionalização brasileiro já é significativo: de acordo com dados desagregados do Banco Central, as multinacionais brasileiras foram determinantes para o crescimento dos ativos nacionais no exterior, que saltaram 44% nos últimos cinco anos, passando de US\$ 49,6 bilhões em 2001, para US\$ 71,6 bilhões (2005).

São muitas as razões para investir no exterior: a) um mercado interno fraco; b) melhores condições para exportar para terceiros países; c) e melhores condições para acesso a financiamento externo, comprando ativos em países classificados pelo mercado financeiro internacional como de menor risco quando comparado com o Brasil.

Para Dall Acqua, que é também coordenador do Prêmio BBVA/FGV de Internacionalização, as críticas feitas ao crescimento das multinacionais brasileiras, que estariam "exportando empregos" ao investir em outros países, "é parcial".

"Ao se internacionalizarem, as empresas se fortalecem no país-sede", diz ele, destacando tanto o retorno financeiro quanto até mesmo a possível abertura de novos postos de trabalho, caso as unidades localizadas no Brasil comecem a produzir e a exportar para as filiais.

As empresas que fecham parcerias complementares têm maiores chances de trazer benefícios para a casa. A Coteminas conseguiu abocanhar importante fatia do cobiçado mercado norte-americano ao associar-se ao grupo local Springs Industries, dando origem à gigante Springs Global (receita anual de US\$ 2,4 bilhões), com unidades espalhadas pelos EUA, Canadá, México, Argentina e Brasil. A expectativa, agora, é de expansão para os mercados europeu e asiático, com parte das vendas externas partindo do Brasil.

Não é o que acontece, no entanto, se houver transferência de produção. Algumas empresas admitem a criação no exterior de vagas que poderiam ser abertas no País, não fosse pela valorização do real que tira parte da competitividade de suas vendas externas.

Outro ponto positivo a favor da internacionalização, na avaliação dos especialistas, é livrar as empresas dos limites impostos por um mercado doméstico de difícil expansão. É o caso, segundo o professor da FGV, do setor de cimentos, uma das áreas de atuação do Grupo Camargo Corrêa que, no ano passado, comprou a argentina Loma Negra, um negócio de US\$ 1,025 bilhão que fortaleceu a brasileira não só na Argentina como no Uruguai, Bolívia e Paraguai. Com essa transação, a Camargo Corrêa levou a primeira edição do prêmio resultando da parceria entre o banco e a FGV, em maio último.

Mas nem tudo são flores no processo de expansão. Depois de conseguir o acesso à cobiçada cota Hilton, que dá vantagens significativas em volume de exportação para a Europa, o Friboi enfrenta as limitações impostas pelo governo argentino às exportações de carne, como parte dos esforços para conter a inflação naquele país.

O modelo ibérico - Em recente visita à Europa, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Luiz Fernando Furlan, destacou a internacionalização ibérica como um modelo a ser seguido pelo Brasil. Na década de 1990 Portugal e Espanha empreenderam uma forte ofensiva sobre ativos estrangeiros, sobretudo na América Latina e significativamente no Brasil, aproveitando a oportunidade geradas pelas privatizações. Hoje têm participação importante em diversos setores, como a Telefônica (telecomunicações), Endesa e Iberdrola (energia), Sol Meliá (hotéis) e Santander (financeiro), entre outras.

"O modelo ibérico é um sucesso porque não seguiu os padrões europeus e norte-americanos, não foi gradual, foi extremamente agressivo", diz Reynaldo Passanezi, diretor de fusões e aquisições do BBVA, que tem sede na Espanha. Para ele "o Brasil poderá vir a ser sede regional de multinacionais, a exemplo do que acontece hoje com a ImBev, Arcelor Brasil e Embraco", diz ele, destacando que "as empresas européias preferem ter uma sede na Espanha

e daí comprar na América Latina, entre outros fatores, para se beneficiar da proximidade cultural".

Por outro lado o executivo alerta que "O Brasil não tem uma política de internacionalização, de incentivos", lembrando que nesse sentido só há uma linha de financiamento, do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES).

Representantes do governo reconhecem ser essa linha o único incentivo direto à internacionalização das empresas brasileiras. Desde o ano passado foi usada pelo Friboi e pela Cooperativa Agroindustrial Lar; esta última abriu uma unidade no Paraguai. Na semana passada outra empresa teve seu projeto de expansão externa aprovado pelo banco, a CPM Software.

Na Espanha, a política de incentivo inclui acordos de bitributação, com dedução fiscal de investimentos no exterior (25% do IR dos gastos com constituição de sucursais, aquisições de sociedades estrangeiras etc); seguro de risco político, com cobertura de até 99% sobre riscos de expropriação, convertibilidade, transferibilidade e força maior, bem como programas especiais para pequenas e médias empresas, com taxas especiais, e a criação de uma programa especial, que conta com a isenção do imposto de renda espanhol sobre dividendos recebidos de subsidiárias estrangeiras. (*Gazeta Mercantil, 03/07/06*)



Economia solidária busca maior organização e apoio público

Jonas Valente

Em todo o Brasil cerca de 1% da população vem adotando formas alternativas de produção para buscar saída à falta de oportunidades a partir da união de esforços e gestão coletiva. É a chamada Economia Solidária, que no dia 26 de junho, em Brasília, teve a sua primeira Conferência Nacional, com mais de mil delegados de todos os estados brasileiros, para traçar propostas sobre como potencializar sua organização em cadeias produtivas que incorporem empreendimentos de economia solidária (EESs) de ponta a ponta e discutir a política pública de apoio à atividade.

Esse tipo de economia é caracterizado pela forma de organizar a atividade econômica a partir dos princípios da autogestão (modelo em que todos decidem sobre o empreendimento), da solidariedade, da cooperação e da ajuda mútua. A economia solidária se propõe a ser um modo de produção alternativo ao capitalismo", explica Fábio Bechara, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Divergências a parte sobre os caminhos para a ampliação desta atividade, o consenso entre os participantes é que a área vem crescendo nos últimos 15 anos. Segundo o secretário nacional de economia solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Paul Singer, os dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil, produzido pelo MTE, informa que há hoje 15 mil empreendimentos deste tipo de atividade envolvendo cerca de 1,5 milhão de pessoas em 2274 municípios. O estudo constatou grande ocorrência dos empreendimentos na região Nordeste (44%), que é seguida pelo Sul (17%), Sudeste (14%), Norte (13%) e Centro-Oeste (12%).

A força do Nordeste pode ser atribuída ao principal motivo pelo qual as pessoas montam um EES: a falta de perspectivas. De acordo com o Atlas Brasileiro, 45% das iniciativas foram motivadas pela construção de alternativas ao desemprego. Outra parte importante dos EES foi motivada por complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). Este processo ocorre sobretudo por conta da grande incidência de empreendimentos, principalmente cooperativas e associações de produção e comercialização, nas atividades agrícola, agropecuária, extrativista e pesqueira, que representam 42% entre os EESs pesquisados. Destacam-se também entre os principais produtos produzidos os do ramo de alimentação e bebidas (18,3%) e artesanato (14%). O governo ainda não possui dados exatos sobre a participação deste setor no Produto Interno Bruto, mas levantou a partir de respostas de 70% dos empreendimentos a cifra de R\$ 500 milhões de valor mensal de produção.

Para o secretário, Paul Singer, o governo inovou em criar um órgão específico para o tema e tem atuado de maneira positiva. Ao longo dos últimos três anos, a Senaes tem atuado no apoio aos empreendimentos de economia solidária por meio do fortalecimento tanto dos próprios EESs como através das chamadas entidades de fomento (ONGs, universidades, organizações religiosas).

Segundo Bechara, outra ação importante da secretaria foi o desenvolvimento de uma política de crédito voltada especificamente para a economia solidária. Isso se deu através do fortalecimento de bancos comunitários e do estímulo ao diálogo das linhas de crédito existentes com este tipo de atividade. No entanto, para Niro Barrios, da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol), as ações nesta área ainda apresentam sérias limitações.

Outro gargalo que está na mira da Senaes é a comercialização. Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, mais da metade dos empreendimentos destinam sua produção predominantemente aos mercados locais ou comunitários e municipais. Apenas 7% conseguem vender seus produtos no território nacional e 2% realizam transações com outros países. Na opinião de Bertutti, a economia solidária não pode ser tratada como “coisa dos pobres”, mas precisa ser elevada a outro patamar. (*Agencia Carta Maior, 29/06/06*)



As múltiplas faces da integração

A decisão do governo boliviano de nacionalizar as reservas de gás e de petróleo trouxe para a ordem do dia o debate sobre o projeto de integração da América do Sul. A inevitável contaminação política-eleitoral desse debate, no cenário brasileiro, contribuiu para encher de fumaça o ambiente e misturar alhos e bugalhos. Um dos sub-produtos indesejáveis desta contaminação foi o florescimento de sentimentos chauvinistas e nacionalistas que acabaram por reduzir o tema da integração a algo muito menor do que ele é na verdade. Infelizmente, setores da mídia têm contribuído para alimentar essa confusão, transformando factóides em verdades, ignorando informações fundamentais e criando monstros onde o que há são diferenças regionais, desigualdades, assimetrias econômicas e questões históricas cuja complexidade não pode ser traduzida por estereótipos, simplificações e preconceitos.

ALBA E Mercosul - O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, é o principal defensor da necessidade de uma articulação entre a ALBA e o Mercosul, como eixo em torno do qual se constituiria a Comunidade Sul-Americana de Nações. Essa semana, a Venezuela deu um importante passo nesta direção, ao assinar, em Buenos Aires, um protocolo que estabelece a adesão plena do país ao Mercosul. Através desse protocolo, a Venezuela estabeleceu um prazo de quatro anos para se integrar completamente ao bloco sul-americano, com todos os direitos e obrigações decorrentes desta condição.

Mas a seletividade midiática não é o principal obstáculo aos projetos de integração da América do Sul. Há problemas concretos e complexos entre os países do continente, como aqueles envolvendo Uruguai e Argentina em torno da questão das indústrias de celulose, e aqueles envolvendo Uruguai e Paraguai, de um lado, e o resto do Mercosul de outro. Esses dois países reclamam que as assimetrias econômicas entre eles e os dois maiores países do bloco, Argentina e Brasil, não estão sendo resolvidas, e reivindicam o direito de assinar Tratados de Livre Comércio bilaterais com outros países, o que é vetado pelas regras do Mercosul. O Uruguai está em vias de assinar um tratado bilateral de comércio com os EUA e já ameaçou sair do bloco. Na avaliação de Marco Cepik, essa é uma ameaça real e independe da coloração política do governo. Segundo ele, o Uruguai vive uma situação *sui generis* e não tem muitas alternativas para crescer no curto prazo. A resposta aos problemas passa pela superação de deficiências que seguem atrapalhando o Mercosul, entre elas a ausência de um Tribunal de Arbitragem e de um parlamento ativo. São duas instâncias indispensáveis em qualquer bloco regional e, é claro, não são construídas da noite para o dia. Assim, o futuro do processo de integração do continente vai muito além da assinatura de acordos comerciais e protocolos. Estes são passos necessários sem dúvida, mas absolutamente insuficientes para atingir o que

todos querem. (Agencia Carta Maior, 26/06/06) é jornalista da Agência Carta Maior. [Texto completo da nota: www.cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3207](http://www.cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3207)

A esquerda e o desenvolvimentismo

José Luís Fiori

Toda reconstrução histórica é um pouco arbitrária e imprecisa. Mas feita esta ressalva, se pode afirmar que o “desenvolvimentismo” latino-americano nasceu no México, durante o governo do presidente Lázaro Cárdenas, na década de 1930. Cárdenas foi nacionalista e seu governo fez uma reforma agrária radical; estatizou a produção do petróleo; criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina; investiu na construção de infraestrutura; praticou políticas de industrialização e proteção do mercado interno; criou uma legislação trabalhista e adotou uma política externa independente e antiimperialista.

Não é de estranhar a dificuldade atual do “desenvolvimentismo” para recuperar audiência e fôlego teórico, e deixar de ser apenas uma trincheira de resistência pontual, e de contenção limitada de alguns excessos ou demasias neoliberais, dos próprios social-democratas.

Depois de Cárdenas, com pequenas variações, este programa se transformou no denominador comum de vários governos latino-americanos, que depois foram chamados de “nacional-populares” ou “nacional-desenvolvimentistas”, como foi o caso de Vargas, no Brasil, Perón, na Argentina, Velasco Ibarra, no Equador e Paz Estenssoro, na Bolívia, entre outros. Nenhum deles era socialista, nem muito menos marxista, pelo contrário, eram quase todos conservadores, mas suas idéias, políticas e posições internacionais também se transformaram na referência obrigatória da esquerda latino-americana.

Depois de 1930, e em particular depois que os Partidos Comunistas latino-americanos adotaram uma estratégia democrática e reformista de conquista do poder e transformação do sistema capitalista, a relação da esquerda com o “desenvolvimentismo” transformou-se no núcleo duro de sua produção intelectual e política. Foi o que ocorreu em quase todos os países do continente, pelo menos entre 1930 e 1980. Não é difícil, por exemplo, encontrar a inspiração “cardenista” nos programas da revolução camponesa boliviana, de 1952 e no governo democrático de esquerda de Jacobo Arbenz, na Guatemala, entre 1951 e 1954. Como também, na primeira fase da revolução cubana, entre 1959 e 1962 e no governo militar e reformista do general Velasco Alvarado, no Peru, entre 1968 e 1975. Idem, no caso do governo de Salvador Allende, no Chile, entre 1970 e 1973.

No Brasil, entretanto, esta relação entre a esquerda e o desenvolvimentismo, seguiu uma trajetória absolutamente original, graças a dois acontecimentos da década de 1930 que marcaram definitivamente a história do país. O primeiro, foi o desaparecimento precoce da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a primeira grande mobilização democrática nacional e urbana, de classe média e de centro-esquerda, que ocorreu no Brasil e foi abortada e dissolvida prematuramente, depois do fracasso da rebelião militar comunista, de 1935. E o segundo, foi o golpe de estado de 1937, que inaugurou o governo autoritário do Estado Novo de Getúlio Vargas e suas primeiras políticas industrializantes e trabalhistas que tiveram uma forte conotação anticomunista e anti-esquerdista.

Por isto mesmo, a esquerda brasileira só se aproximou e reconciliou com algumas teses e propostas do “desenvolvimentismo conservador” de Vargas, na década de 50 e sobretudo, durante o governo de JK. Foi quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) abandonou sua estratégia revolucionária, e assumiu a defesa de um projeto de “desenvolvimento nacional” que deveria ser liderado pela burguesia industrial brasileira. Teses e propostas que transcenderam as pequenas fronteiras partidárias do PCB e influenciaram fortemente toda a intelectualidade de esquerda no Brasil.

Mais à frente, no início da década de 60, esta nova esquerda “nacional-desenvolvimentista” propôs um programa de “reformas de base” que acelerassem a democratização da terra, da educação, do sistema financeiro e do sistema político, que foram incluídas, pelo menos em parte, no Plano Econômico Trienal proposto pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado, em 1963, e abortado pelo golpe militar de 1964. É importante lembrar, entretanto, que naquele

mesmo período, a estratégia “nacional-desenvolvimentista” foi duramente criticada por um outro segmento da esquerda, um grupo de intelectuais marxistas, da Universidade de São Paulo, liderados pelo professor Fernando H. Cardoso, Mas este grupo não chegou a propor nenhuma alternativa, naquele momento, ao programa das “reformas de base”, e ao Plano Trienal de Celso Furtado.

Nas décadas seguintes, a relação entre a esquerda e o desenvolvimentismo complicou-se ainda mais, depois que o regime militar, instalado em 1964, abandonou suas primeiras posições ultra-liberais e retomou o caminho do desenvolvimentismo conservador e autoritário, na década de 70, reavivando as lembranças e os velhos traumas da esquerda. Talvez por isto, quando a esquerda brasileira volta à cena política democrática, na década de 80, a maior parte de sua militância juvenil já tinha um forte viés anti-estatal, anti-nacionalista e anti-desenvolvimentista, e considerava que a organização social e a defesa dos direitos da sociedade civil - através dos “movimentos sociais” e das “organizações não governamentais” - era mais importante que a luta política pelo poder do estado.

Assim mesmo, alguns intelectuais e políticos “mais velhos” propuseram reformar, aprofundar e democratizar o desenvolvimentismo sob a égide de um “estado de bem estar social”, alcançado vitórias significativas na Constituição de 1988. Mas depois, na década de 90, foram derrotados sistematicamente, no campo das idéias e da luta pelo poder, pelos herdeiros do “marxismo paulista” dos anos 60, que combinaram num mesmo projeto, sua intolerância com o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o populismo e sua proposta alternativa de um novo tipo de desenvolvimento “dependente e associado” com os Estados Unidos só compatível com as políticas e reformas neoliberais.

Este “pacote intelectual” nasceu em São Paulo e penetrou profundamente a intelectualidade dos dois partidos social-democratas que também nasceram naquele estado, o PSDB e o PT. Por isto, não é de estranhar a dificuldade atual do “desenvolvimentismo” para recuperar audiência e fôlego teórico, e deixar de ser apenas uma trincheira de resistência pontual, e de contenção limitada de alguns excessos ou demasias neoliberais, dos próprios social-democratas. *Agência Carta Maior, 31/03/2006*